

Herbert Baxter Adams e John Franklin Jameson: historiadores lobistas pela profissionalização da história nos Estados Unidos (1884-1937)¹

Herbert Baxter Adams and John Franklin Jameson: lobbyist historians for the professionalization of history in the United States (1884-1937)

Lívia Amarante Gallo

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil
liviaamarantegallo@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1326-3331>

Resumo: Quando a história foi transformada em disciplina científica, em diversos países do Ocidente, durante o século XIX, o principal tipo de pesquisa realizado por historiadores profissionais era sobre a história política da sua nação, fazendo-se necessário o acesso a documentos referentes a importantes momentos da história nacional e à gestão pública. Nos Estados Unidos, diferentemente do que ocorria em outros países que passavam pelo mesmo processo, não havia um arquivo público nacional e eram escassas as políticas voltadas à preservação e publicação de compilações de documentos. Este artigo terá como imprescindível objetivo examinar as diferentes estratégias políticas empregadas por Herbert Baxter Adams e John Franklin Jameson, dois historiadores que foram líderes da American Historical Association (AHA), para que o governo federal atuasse na aquisição, salvaguarda e publicação de manuscritos e registros da administração pública.

Palavras-chave: profissionalização da história; American Historical Association; história institucional da historiografia

Abstract: When history was established as a scientific discipline in various Western countries during the 19th century, the predominant research focus among professional historians was the political history of their nations, necessitating access to documents related to significant moments in national history and those pertaining to public administration. In the United States, unlike in other countries undergoing a similar process, there was no national public archive, and policies aimed at the preservation and publication of document compilations were scarce. This article will have as its main objective to examine the different political strategies employed by Herbert Baxter Adams and John Franklin Jameson, two historians who were leaders of the American Historical Association, to engage the federal government in the acquisition, preservation, and publication of manuscripts and public records.

Keywords: professionalization of history; American Historical Association; institutional history of historiography.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Nos Estados Unidos, o Estado não foi o grande patrono dos estudos históricos disciplinados, como ocorreu na Alemanha e na França, países em que o potencial cívico da disciplina foi mobilizado na construção da nação. Desse modo, os primeiros historiadores profissionais americanos, a partir de experiências como estudantes em universidades germânicas, organizaram-se a partir da American Historical Association (AHA), primeira associação profissional de história dos Estados Unidos, e elaboraram estratégias para envolver o poder público no empreendimento histórico e conseguir, dele, políticas, que viabilizassem os estudos disciplinados, principalmente, voltadas à aquisição e à disponibilização de documentos históricos. Entre 1884, ano em que foi fundada, e 1937, a associação foi liderada por dois historiadores disciplinados que encabeçaram essas estratégias, Herbert Baxter Adams (1850-1901) e John Franklin Jameson (1859-1937), cada um atuou como lobista em função dos materiais para os estudos históricos de maneira diferente.

Lançando mão dos relatórios anuais da AHA e de cartas trocadas entre os membros do seu Conselho Executivo², buscaremos demonstrar quais foram os métodos empregados por qualquer um desses líderes para conquistar políticas públicas que tornassem os estudos históricos viáveis. Partimos do pressuposto de que os campos científicos são, tanto epistemológicos quanto institucionais, e, sendo assim, a sua construção e consolidação passam, necessariamente, pela definição das suas bases disciplinares e pela conquista dos recursos materiais, perante poderes públicos e privados. Desse modo, os historiadores que atuaram na construção do campo científico da história nos Estados Unidos serão aqui tomados antes como agentes políticos do que epistêmicos³, uma vez que precisaram encontrar meios de lutar pela existência institucional da sua disciplina perante os poderes temporais.

²Os relatórios anuais podem ser encontrados diretamente no *site* da associação (<https://www.historians.org/>) e as cartas fazem parte da coleção American Historical Association, preservadas na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, situada em Washington D.C.

³A palavra “agentes” refere-se aos indivíduos que desempenharam importantes papéis em eventos e processos históricos. No caso deste estudo, destaco duas formas de agência dentro do campo científico da história em formação: política e epistêmica. A primeira diz respeito à atuação de natureza político-institucional de *lobby* para a conquista de recursos materiais para o desenvolvimento do campo perante as instâncias de poder temporal e seus representantes; a segunda, à atuação intelectual na construção dos pilares epistemológicos da disciplina e no avanço dos estudos históricos.

A constituição do campo da história a partir da sua dupla dimensão

A história foi transformada em campo de conhecimento especializado, ao longo do século XIX, a partir da noção de que ela teria a função cívica de servir como base ideológica das nações em emergência (MUDROVICIC, 2012:25). Dois exemplos disso são os casos da Alemanha e da França: no primeiro, a nação floresceu a partir da unificação, havendo um intenso diálogo entre pensamento histórico e ação política, conforme a unificação era legitimada pelo discurso histórico que enfatizava raízes comuns, a historiografia disciplinada era corroborada publicamente por esse processo (BENTIVOGLIO, 2010:23); no segundo, a escrita da história esteve ligada ao Estado, desde o Antigo Regime, em decorrência do seu potencial de legitimação política. Ao longo de todo o século XIX, a história continuou a ser mobilizada para fins políticos, tendo sido inserida no sistema universitário público francês, a partir da década de 1870, durante o período entre a Guerra Franco-Prussiana e a Primeira Guerra Mundial, momento em que passou pelos processos de disciplinarização e profissionalização e ganhou espaço nas faculdades de LETRAS e Ciências Humanas. Esse, também, fora o período em que a história foi instituída como disciplina obrigatória nas escolas primárias e secundárias sob a rubrica do ensino cívico com propósitos nacionalistas de unificação ideológica (BOER, 1998: 54; FRANÇOIS, 1968: 35; KEILOR, 1975: 3).

Nos Estados Unidos, essa transformação também ocorreu em um contexto semelhante: findada a Guerra Civil (1861-1865), tornou-se imperativo ao Norte vencedor reintegrar o Sul à união (MELANDRI, 2000:13), e a crescente entrada de imigrantes demandava que estes fossem integrados à nação a partir dos seus valores.

O historiador John Franklin Jameson atribuiu a criação da AHA e o “impulso” pela formação de uma comunidade de historiadores ao contexto de unificação e construção da identidade nacional americana após a guerra, semelhante ao que havia ocorrido na Alemanha e na França ao fim dos conflitos napoleônicos (JAMESON, 1909), tendo a própria metodologia de pesquisa em histórias já desenvolvida nas instituições germânicas, o que teria inspirado os estudantes a reproduzi-la em seu país em função deste objetivo cívico:

Mas o final dos anos 1880 e o início dos anos 1890 testemunharam um grande avanço na busca pela história nos Estados Unidos. As causas desse avanço foram várias. O mais fundamental, sem dúvida, foi o elevado senso de importância nacional e unidade que se seguiu ao período da Guerra Civil e da Reconstrução. Não foi pouco o impulso, no entanto,

que veio da Alemanha –aquela velha Alemanha de erudição desinteressada e professores esquisitos e não mundanos que parece ter desaparecido, mas na qual, nos anos 1870e 1880, a elite de estudantes americanos se aglomerou em números impressionantes, e de onde eles voltaram com a ambição de elevar os estudos acadêmicos americanos aos níveis mais altos (idem, 1934: 2).

Apesar da noção de experiência compartilhada, Jameson não expressou uma diferença fundamental sobre o caso do seu país: nos Estados Unidos, a produção de uma história oficial como ideologia da unificação, ensinada aos jovens para incutir o patriotismo, não foi uma iniciativa do Estado-nação, contudo, partiu da ação de indivíduos ideologicamente identificados com esse propósito cívico que, por meio de instituições de ensino e pesquisa (associações profissionais, sociedades históricas e patrióticas, escolas, universidades etc.) promoveram a sua institucionalização e buscaram apoio público nos âmbitos federal e estadual, quando necessário. Muitos estadistas americanos eram eles mesmos historiadores diletantes e, em alguns casos, disciplinados, mas o interesse pessoal que possuíam pela história não foi automaticamente convertido em iniciativas públicas para o desenvolvimento do campo, em decorrência das bases políticas e econômicas sobre as quais aquele país estruturou-se, em que os estados possuíam grande autonomia⁴ e as iniciativas privadas tinham preponderância em relação às públicas.

Desse modo, um sistema de ensino unificado, em que a história poderia ter sido instituída como disciplina obrigatória, não foi estabelecido pelo Estado-nação, tendo as comunidades locais liberdade para construir os seus currículos (ORILL & SHAPIRO, 2005). Também não houve envolvimento direto do poder público federal na estruturação e gestão de universidades, e, assim sendo, essas instituições são fundamentalmente diferentes entre si, não havendo um sistema padrão como no caso das alemãs (HOFSTADTER & METZGER, 1955: 378). Em decorrência disso, as universidades tiveram autonomia para estabelecer os seus departamentos e o lugar institucional para a disciplina, assim como recursos para financiar as pesquisas, foi conquistado a partir de disputas dentro de cada instituição de ensino superior (GALLO, 2019). De acordo com Charles W. Mills, essa política do Estado-nacional de não intervir no ensino só pode existir em decorrência da grande confiança na coesão ideológica de suas elites, e se, em

⁴ A autonomia política dos estados americanos remonta aos dilemas surgidos no contexto de construção da Nação após a Guerra de Independência em que, pela desconfiança com relação à centralização característica das monarquias, optou-se por um sistema federativo em que os seus entes manteriam um alto grau de autonomia, sendo a Constituição Federal (mesmo que soberana com relação às constituições estaduais) ampla ao ponto de ter possibilitado que questões centrais, como a manutenção do sistema escravista, ficasse a critério de cada estado (CONSTITUIÇÃO in SYRETT, 1960: 82-97).

algum momento, essa confiança fosse abalada, ele tomara essas iniciativas para si (MILLS, 1975: 15)⁵.

Além do espaço institucional para o ensino e a pesquisa, os estudos históricos têm como base material indispensável as fontes documentais, contudo, no contexto de disciplinarização e profissionalização da história, os Estados Unidos eram um dos únicos países ocidentais que não possuíam um arquivo público nacional em sua capital. Os manuscritos com valor histórico estavam espalhados pelos diversos estados, salvaguardados em arquivos estaduais e municipais, em bibliotecas, sociedades históricas e patrióticas e em posse particular, e os registros públicos eram, de modo geral, mantidos nos próprios departamentos em que haviam sido produzidos, muitas vezes, inacessíveis aos historiadores e sob risco de degradação em decorrência das más condições de preservação (GONDOS JR, 1981[1971]; POSNER, 1964).

Antes da profissionalização, os custos gerados pelas investigações – relativos às viagens para acessar manuscritos, aos serviços de copistas ou à própria compra desses materiais – eram responsabilidade dos próprios historiadores, fazendo da historiografia uma atividade intelectual altamente dispendiosa e, por isso, *hobby* da aristocracia (HOFSTADTER, 1970[1968]: 26). Tornando-se atividade profissional, pressupunha-se que os historiadores fossem desonerados da realização dos estudos, assim, era mister que os profissionais não precisassem gastar para acessar documentos históricos, e um primeiro óbvio passo era que o governo federal tomasse, para si, a sua gestão: construísse um arquivo nacional; adquirisse manuscritos em posse particular ou garantisse que fossem copiados; realizasse trabalhos de compilações de coleções documentais para que fossem amplamente distribuídos; criasse um sistema de catalogação dos materiais preservados em bibliotecas, arquivos e sociedades estaduais e locais.

Em *Para uma sociologia das ciências* (BOURDIEU, 2021[2001]), Pierre Bourdieu afirmou que todos os campos científicos demandam, em maior ou menor grau, recursos materiais para a sua realização, que são destinados à manutenção de laboratórios, pagamentos de profissionais, aquisição de insumos etc. Desse modo, compreende-se que, além da óbvia dimensão disciplinar,

⁵Em um estudo sobre a constituição das ciências sociais nos Estados Unidos a historiadora Dorothy Ross (1991) demonstrou que a crença no excepcionalismo americano foi um pilar ideológico, sobre o qual a sociologia, economia, ciência política e história se disciplinaram. Desse modo, não era necessária uma intervenção direta do Estado para que as disciplinas dedicadas ao estudo da sociedade contribuíssem para a construção da Nação a partir de narrativas heroicas sobre o país porque os próprios pesquisadores, crentes nessa ideologia, encarregaram-se disso.

os campos científicos também possuem uma dimensão institucional e, assim sendo, ele é formado tanto por seus pilares epistemológicos quanto pelas bases materiais, necessários para a sua realização. O nível de dependência desses recursos varia entre as disciplinas, e é isso que define o seu grau de autonomia institucional: quanto mais depende dos recursos externos (seja de órgãos públicos de fomento à pesquisa, seja de empresas privadas interessadas em um produto), menos autônomo é o campo (BOURDIEU, 2021[2001]: 8). Possuindo também uma dimensão epistemológica, a autonomia é sentida nessa seara, medida pelo grau de quais questões da sociedade afetam as suas agendas.

Na teoria de Bourdieu, cada campo possui um capital específico com valor naquele microcosmo. No caso dos campos científicos, o principal capital é o científico, espécie de capital simbólico que pode ser de dois tipos: puro e temporal. O primeiro diz respeito ao quanto um agente é conhecido e reconhecido naquele campo pelas suas produções intelectuais e títulos. O segundo refere-se aos cargos institucionais que ocupa e a influência que exerce sobre as instâncias burocráticas e órgãos que financiam as pesquisas. Sendo assim, o primeiro diz respeito, antes, à dimensão epistemológica do campo, enquanto o segundo, à sua dimensão institucional (BOURDIEU, 2021[2001]: 82). Um mesmo agente pode possuir esse capital em suas duas formas, assim como converter um em outro: uma historiadora pode ser escolhida para presidir uma associação profissional como reconhecimento pela sua produção intelectual.

Quando um campo demanda poucos recursos materiais e já os têm conquistados, não é incomum que os seus agentes passem a focar unicamente em sua dimensão epistemológica, esquecendo-se de que, mesmo não evidente, a dimensão institucional não deixou de existir. No caso, aqui, tomado, os líderes da AHA, que eram também proeminentes historiadores disciplinados, tinham muita clareza da dupla dimensão de seu campo, porque precisavam conviver com a falta do principal recurso para a realização dos estudos históricos: os documentos primários.

Essa associação profissional foi fundada a partir da liderança de Herbert Baxter Adams e tinha como principal objetivo fazer avançar os estudos históricos naquele país. A sua composição original era diversa, contava com historiadores diletantes, com os primeiros profissionais disciplinados que atuavam em universidades, com bibliotecários, arquivistas, membros de sociedades históricas e patrióticas, e os que simplesmente compreendiam que

haveria um valor cívico no estudo e ensino do passado e que, por isso, eles deveriam ser difundidos (JAMESON, 1934:3). Em meio à diversidade, o objetivo comum falava mais alto, e a AHA, logo, tornou-se o centro que reunia investigadores de todas as regiões do país e a partir de onde as estratégias para a conquista das condições para a realização das profissões em história⁶ eram forjadas.

H. B. Adams e J. F. Jameson estiveram presentes na fundação da AHA, o primeiro, como professor de história na Johns Hopkins University, e o segundo, como jovem pesquisador que acabara de conquistar o título de primeiro doutor em História formado no país. Adams foi nomeado secretário da associação e tornou-se o seu grande líder, posição que ocupara até sua morte precoce em 1901. Jameson foi um membro ativo desde a fundação, mas assumiu uma posição de liderança somente a partir de 1905, quando se mudou para Washington para ocupar o cargo de diretor do Department of Historical Research (DHR) da Carnegie Institution of Washington (CIW). Possuindo cada um concepções distintas sobre como deveria ser a organização da AHA e sobre os meios para acessar os poderes públicos, renunciaram à busca por prestígio intelectual dentro do campo para se dedicar à sua construção institucional, tornando-se, assim, os grandes historiadores lobistas da profissionalização da história nos Estados Unidos.

Herbert Baxter Adams e seus “tubarões”

H. B. Adams fez parte da geração de historiadores que concluiu a sua formação na Europa após a Guerra Civil Americana e, nas universidades alemãs – que haviam se tornado centros de pesquisa, depois de um processo de modernização –, teve contato com o método de seminário de Leopold von Ranke. Quando retornou aos Estados Unidos em 1876, foi contratado pela recém-fundada Johns Hopkins, e lá adotou, de acordo com as condições de seu país, o método de seminário com o qual tivera contato (OLIVEIRA, 2017).

⁶ Fala-se em “profissões da história” ou “amplo empreendimento histórico”, porque, no recorte, aqui, tomado, eram pelo menos três as atividades profissionais possíveis aos formados com essa ênfase: pesquisa, ensino nos diversos níveis (associado ou não à pesquisa) e gestão de documentos. De acordo com Robert Townsend, essas atividades confundiam-se, de modo que falar em “profissionalização da história” na virada do século é falar sobre “profissionalizações em história”. Em seus primeiros anos, AHA reuniu sujeitos que se relacionavam com as diversas atividades e a associação não tinha a ênfase na pesquisa acadêmica que um dia passaria a ter, e, por isso, atuou na busca pelas condições da história enquanto atividade de pesquisa, de ensino e de gestão de documentos (TOWNSEND, 2013).

Nessa instituição, formou centenas de mulheres e homens que, posteriormente, foram contratados por universidades de todas as regiões do país. De acordo com W. Stull Holt, Adams mantinha um mapa em sua sala, no qual marcava os locais em que seus ex-alunos estavam atuando: “Ele gostava de se referir às outras universidade sonde os seus alunos haviam ido para introduzir os novos métodos acadêmicos como ‘colônias’”(HOLT, 1938:10). Desse modo, Adams foi uma figura importante no cenário de constituição da história, como disciplina, porque formou a primeira geração de profissionais-disciplinados do seu país, entre eles, J. Franklin Jameson e Frederick Jackson Turner⁷.

Apesar da importância para a disciplinarização da história, Adams é antes lembrado por sua atuação na construção das bases institucionais do campo: escreveu importantes textos sobre a sua institucionalização em universidades e escolas; refletiu sobre as bibliotecas especializadas que deveriam ser vinculadas aos departamentos e servir como base para os seminários; atuou em diversas associações dedicadas ao ensino, de modo amplo, e à história. Assim, não é pouco significativo que foi ele quem realizou o chamado para que a AHA fosse criada, e essa associação, a partir das iniciativas encabeçadas pelos seus líderes, foi a principal instituição a atuar em função das condições para as profissões em história⁸.

Talvez, pela experiência que tivera na Alemanha, onde pode ver um Estado-nacional sendo o grande patrono dos estudos históricos, Adams compreendia que deveria haver alguma maneira de fazer com que uma relação semelhante fosse estabelecida em seu país e, compreendendo que, como “Maomé não ia até a montanha”, decidiu ele mesmo “levar a montanha até Maomé”. As estratégias, para isso, foram duas: garantir que os homenageados com a presidência da AHA fossem sujeitos que possuíssem capital político⁹ por ocupar ou terem

⁷ Turner é o mais conhecido representante dessa geração por ter criado o subcampo da história do Oeste a partir de sua *frontier thesis*, teoria explicativa do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos mais aceita no campo disciplinado até a década de 1930 que postulava que a democracia americana seria resultado do avanço dos pioneiros em direção à fronteira Oeste; seria do encontro entre a civilização (representada pelos descendentes de europeus) e a selvageria (representada pelos indígenas e natureza inóspita) que teria nascido o americano e os seus valores (TURNER, 1921).

⁸ Neste artigo, somente as políticas voltadas aos documentos históricos que viabilizaram as pesquisas serão abordadas, mas não é pouco significativo que tenha sido a partir de uma comissão da AHA que os primeiros currículos escolares para o ensino de história tenham sido produzidos e distribuídos em todas as regiões do país. Essa iniciativa foi fundamental para a institucionalização da história nas escolas e, em consequência, para a conquista de mais espaços para a atuação profissional de jovens que se formavam com ênfase em história.

⁹ Na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, o capital político é o tipo de capital que tem maior prevalência no campo político e refere-se à influência e poder que um indivíduo ou grupo detém nessa esfera. Ele é acumulado por meio de cargos públicos, conexões, prestígio, influência etc.

ocupado cargos públicos; e fazer com que os seus encontros anuais ocorressem em Washington D.C. para ficar mais próximos do Congresso e atrair figuras importantes para o evento.

A primeira pessoa a ser nomeada presidente foi Andrew Dickson White, que havia estudado na Alemanha antes da Guerra Civil, lá, teve contato com o novo modelo de universidade voltada à pesquisa e com a historiografia disciplinada que se desenvolvia. Ao retornar, foi o primeiro historiador a reproduzir o método de seminário na Universidade de Michigan e, ao ocupar o cargo público de senador pelo estado de Nova York (1864–1867), atuou na fundação da Cornell University (1865), instituição da qual foi presidente entre 1866 e 1885 (BURR, 1919:69-70). Essa nomeação informa muito sobre o posicionamento da recém-fundada associação: ele era um dos raros historiadores disciplinados dos Estados Unidos, e, como a fundação foi impulsionada pelo anseio de fazer avançar este campo de estudos, a homenagem fazia sentido. Além disso, White era gestor universitário, e sendo as universidades o local por excelência da nova prática de pesquisa disciplinada, era importante ter por perto sujeitos que pudessem intervir nessas instituições em favor da abertura de espaço institucional para ela. Por fim, e, talvez, mais importante, White havia sido senador e, a partir de 1879, ocupou, por diversas vezes, o cargo de embaixador na Alemanha e na Rússia, ou seja, tinha livre acesso ao Congresso.

Mesmo a associação tendo como principal compromisso o desenvolvimento dos estudos históricos disciplinados no país, White foi o primeiro e um dos únicos disciplinados a ser escolhido como seu presidente até 1907, momento a partir do qual todos os presidentes passaram a ser profissionais disciplinados (houve apenas uma exceção no ano de 1889, quando Charles Kendall Adams, também professor da Cornell, foi nomeado). À primeira vista, parece contraditório que a associação profissional tenha optado por homenagear diletantes, mas essa ação representou a primeira política para o desenvolvimento do campo que foi adotada sob a liderança de Adams: a presidência seria um cargo para honrar homens com prestígio público e/ou politicamente influentes, e, assim, dentre os vinte e um que o ocuparam entre 1884 e 1906, oito eram ou haviam sido oficiais do Estado: três eram ou haviam sido diplomatas (George Bancroft, John Jay II, James Burrill Angel); dois eram senadores (George Frisbie Hoar e William Wirt Henry); um, havia sido senador e embaixador (Andrew D. White); um, havia sido oficial da

Marinha (Alfred T. Mahan); e um, era Chefe da Suprema Corte (Simeon Baldwin)¹⁰. O Conselho Executivo da AHA, também, seguiu essa tendência: entre 1884 e 1906, foi significativo o número de politicamente influentes que o compuseram, anualmente, havendo momentos em que a média de políticos em seu corpo foi de 40% (de 1887 a 1895)¹¹.

É possível questionar se a nomeação de homens imbuídos de capital político foi uma estratégia deliberada ou se os números são simplesmente reflexo do contexto de transição entre a prática diletante e a disciplinada, sendo compreensível o alto grau de participação de políticos por ser a historiografia um *hobby* associado às elites do poder (HIGHAM, 1965:3-4). A análise das movimentações dentro da AHA nos anos em que esses homens ocuparam os mencionados cargos mostra que os seus capitais políticos foram utilizados com frequência. Um exemplo dessa intencionalidade aparece em uma troca de cartas entre o secretário e o tesoureiro da associação, Clarence W. Bowen¹², em que o primeiro pediu para que o segundo tentasse fazer com que Hamilton Fish, ex-governador de Nova York, realizasse uma apresentação no encontro da associação ou que conseguissem algum outro “tubarão”, fazendo, assim, um jogo de palavras com o sobrenome do político: “Eu gostaria de ter pedido a você para conseguir Hamilton Fish ou qualquer outro tubarão que puder encontrar. Estamos ficando cheios, mas podemos abrir espaço para qualquer homem de primeira classe” (ADAMS, 1887). Pedidos como esse foram comuns durante a gestão de Adams, e o jogo de palavras tornou-se sinônimo da sua política de valorização dos homens com capital político.

Em 1886, pela primeira vez, o encontro da AHA ocorreu em Washington D.C., decisão tomada para que pudessem contar com a presença do seu então presidente George Bancroft (ADAMS, 1888:6-7). Naqueles anos, o continente americano estava às vésperas do quadricentenário da chegada de Cristóvão Colombo, aniversário que seria celebrado em países americanos e europeus. Considerando ser de grande importância à memória nacional, a associação nomeou um comitê para falar com o presidente Grover Cleveland e pedir para que o governo começasse a se preparar para as comemorações. Para compor a comitiva, foram nomeados o presidente e o vice-presidente da AHA (George Bancroft e Justin Winsor) e três

¹⁰ Todas as informações biográficas sobre os presidentes e conselheiros da AHA foram obtidas a partir de obituários publicados no jornal *The New York Times* e nos próprios relatórios da associação.

¹¹ A análise da composição geral do Conselho Executivo foi feita a partir do conjunto de relatórios da AHA entre 1884 e 1940.

¹² Bowen foi a segunda pessoa a receber o título de doutor em história nos Estados Unidos e foi nomeado tesoureiro da AHA em 1884, cargo que ocupou por mais de trinta anos.

políticos: os senadores George F. Hoar, de Massachusetts; Joseph R. Hawley, de Connecticut; e o ex-senador de Massachusetts e então ministro dos Estados Unidos em Portugal, George B. Loring. O comitê foi recebido pelo presidente ainda durante o evento (o que só pode ocorrer porque já estavam na capital), o qual comprometeu-se a atender o pedido (ADAMS, 1888: 91).

Nesses primeiros anos, o mesmo senador que fizera parte da comitiva que interpelou Cleveland, George Frisbie Hoar, sugeriu que buscassem o reconhecimento da associação no Congresso, por meio de uma Carta de Incorporação, que consistia em uma lei que declarava as atividades e os propósitos de uma organização. O caráter da relação entre o Congresso e a entidade incorporada é notadamente simbólico porque permanece autônoma (mesmo que em alguns casos receba auxílio financeiro), sendo a legitimidade que a posição garante o seu principal benefício (KOSAR, 2013). Por intermédio do próprio Hoar, a associação foi incorporada em 1889. A lei definia que, anualmente, o secretário da AHA deveria enviar um relatório sobre o desenvolvimento dos estudos históricos no país ao Congresso, por meio da Smithsonian Institution (SI). Essa relação oficial foi considerada uma vitória, porque foi um modo de envolver o Estado no desenvolvimento do campo da história. Além disso, os relatórios anuais, até então simples anais de eventos, foram transformados em documentos oficiais e passaram a ser impressos às custas do poder público pela Editora do Governo.

Até a incorporação, alguns encontros haviam ocorrido na capital federal e outros em localidades diversas. Adams considerava que os ocorridos em Washington haviam sido mais bem-sucedidos, porque contaram com mais participantes e com a presença de congressistas. Por outro lado, alguns historiadores disciplinados acreditavam que os encontros deveriam ser itinerantes para contemplar o maior número de centros universitários do país, e os locais dos eventos passaram a ser objeto de disputas entre os que, como Adams, compreendiam que as relações políticas deveriam ser valorizadas e os que acreditavam que os laços acadêmicos seriam mais importantes.

Em se tomando a Carta de Incorporação como justificativa, Adams passou a defender que ela instituíria que a “casa oficial” da associação seria a capital, porque lá estariam o Congresso e a SI, e isso foi afirmado pelo secretário em diversos momentos:

Cada associação que vem uma vez a Washington certamente voltará. Algumas delas, como a American Historical Association, vieram para ficar. Autorizada pelo Congresso, esta sociedade, agora, é obrigada, por lei, a ter seu escritório principal no Distrito de

Columbia. [...] Embora a associação possa ocasionalmente fazer uma excursão a alguma cidade do Norte, do Sul ou do Oeste, Washington é, agora, seu lar permanente. (ADAMS, 1892:3)

A importância que o secretário dava os encontros na capital foi mais claramente expressa alguns anos após a incorporação, quando o comitê responsável pela organização do evento decidiu que o de 1894 seria em Saratoga Springs, no mês de setembro, em função do aniversário da associação. O encontro de 1893 já havia sido fora da capital, em Chicago, em decorrência das comemorações do quadricentenário da chegada de Cristóvão Colombo à América. Passando por cima da decisão do comitê, Adams mudou o local do encontro para que fosse em Washington, supostamente, porque não teria conseguido elaborar um programa que fosse suficientemente atraente ao público:

No nono encontro anual da American Historical Association [...], foi acordado celebrar em Saratoga, em setembro de 1894, o décimo desta organização. Verificou-se, no entanto, ser impossível preparar para aquela data e local um programa suficientemente atrativo e foi considerado mais sensato realizar o décimo encontro anual durante as férias de Natal em Washington, D.C. A American Historical Association é uma sociedade nacional licenciada em relações orgânicas com a Smithsonian Institution. Obviamente, o lugar mais apropriado para convenções históricas anuais é na capital da nação, onde a associação agora pertence. A experiência tem demonstrado este fato (ADAMS, 1895a:1).

Ao ser criticado por representantes do grupo que defendiam a rotatividade dos encontros, o secretário argumentou que o histórico mostrava que os mais frutíferos haviam sido na capital e que, além disso, era vital para a AHA manter sua relação com Washington, visto que teriam muito mais a ganhar, permanecendo próximos da SI e do Congresso (responsáveis pela impressão e distribuição dos relatórios) do que nutrindo relações puramente acadêmicas:

Parece-me que o verdadeiro interesse da associação é desenvolver as relações existentes com Washington, onde temos tudo a ganhar por meio da Smithsonian Institution e do governo dos EUA, que agora faz nossa impressão. A Smithsonian distribui gratuitamente nossas publicações não apenas aos membros, mas também às sociedades eruditas do mundo. Transferimos todo o nosso estoque de publicações aos cuidados do Sr. A. Howard Clark, que se identifica com a Smithsonian e com o National Museum. Por meio dessas conexões institucionais, a American Historical Association ganhará muito mais do que por meio de qualquer relação local ou puramente acadêmica. Os encontros anuais têm muito menos consequências do que as publicações anuais e a promoção de estudos históricos e coleções históricas na América. (ADAMS, 1895b)

Essa carta aponta para o elevado grau de intencionalidade dos esforços de Adams para que se mantivessem perto do centro de poder do país. Essa decisão não era guiada simplesmente pela compreensão de que a cidade era um centro cultural, mas de que, naquele momento de estruturação da associação e do campo científico, as relações político-institucionais não poderiam ser preteridas, porque dependiam dos recursos materiais que elas poderiam gerar. Assim, os primeiros dez anos da AHA foram marcados, antes por sua estruturação interna e busca por aliados políticos do que pelas iniciativas próprias em favor das condições necessárias para a realização das atividades profissionais em história. Contudo, desde aqueles dias, a preocupação com os documentos se fazia presente.

Em 1887, o presidente da associação era Justin Winsor, historiador e bibliotecário da Universidade de Harvard. Em seu discurso inaugural, criticou a ausência de políticas públicas para a coleta e a preservação de documentos sobre a Guerra de Independência e defendeu a criação de uma Comissão de Manuscritos similar à que existia na Inglaterra, que reunisse esses materiais e os tornasse públicos, por meio de coletâneas impressas (WINSOR, 1888). Como uma das resoluções daquele encontro, Justin Winsor, George F. Hoar, John Jay II, Andrew D. White, Rutherford B. Hayes, A. R. Spofford e Theodore F. Dwight foram nomeados para levar a questão ao Congresso. Vale destacar que Hoar era senador, John Jay II havia sido diplomata, Andrew D. White era ex-senador e embaixador, e Rutherford Hayes era ex-presidente dos Estados Unidos. Os outros três homens (Winsor, Spofford e Dwight) eram bibliotecários, sendo que o segundo atuava na Biblioteca do Congresso (ADAMS, 1889:75). Observando a composição do grupo, não parece que a escolha dos membros tenha sido aleatória, entre sete escolhidos, três atuavam na gestão de documentos e quatro eram, politicamente, influentes, combinação perfeita para pleitear políticas de preservação junto ao governo.

Após mais de sete anos discutindo a comissão nos encontros anuais, levando-a ao Congresso e tentando que se tornasse projeto de lei, os líderes da associação constataram que essa conquista não seria alcançada, o que nos leva à conclusão de que a estratégia de eleger membros com capital político, como porta-vozes das demandas da associação, nem sempre foi bem-sucedida como fora no caso da Lei de Incorporação.

Ao se ter em vista a urgência de que documentos espalhados pelo território americano se tornassem públicos e que o governo indicava que não assumiria essa responsabilidade, em

1894, J. Franklin Jameson sugeriu que o dinheiro economizado com a impressão dos relatórios – agora feita pela Editora do Governo – fosse destinado à criação pela própria AHA da Comissão de Manuscritos: “[...] Não consigo pensar em nenhum uso de fundos que, sob uma administração adequada, fizesse mais bem à causa da história no país, ou reagisse mais favoravelmente sobre o caráter de outras obras da associação” (JAMESON, 1894). A comissão foi instituída em 1895, e, ao longo de mais de trinta anos, os seus membros localizaram documentos em posse particular, copiaram-nos e os publicaram nos próprios relatórios anuais da associação, que eram impressos às custas do governo (ADAMS, 1896).

O modo como a Comissão de Manuscritos foi instituída aponta para conclusões bastante interessantes: após dez anos de existência, a AHA começava a tomar, para si, ações que, em outros países, eram públicas, tornando-se, ela mesma, a grande agente responsável pela promoção do campo profissional e disciplinar da história. Mas não somente isso, para criá-la, empregou os recursos conquistados com a relação com o Congresso, ou seja, envolvendo-o, indiretamente, nessa iniciativa, que era fundamental para os estudos históricos disciplinados.

O trabalho, contudo, realizado pela Comissão de Manuscritos não resolvia a necessidade da criação de um arquivo nacional e de políticas para a salvaguarda de registros públicos. Entre 1900 e 1901, a associação encabeçou outras duas iniciativas em função dos documentos históricos. A primeira foi a proposição de um projeto de lei para que o governo federal financiasse os trabalhos da sua Comissão de Arquivos Públicos, instituída na AHA em 1899, para que, por meio de representantes em todos os estados, realizasse o levantamento de todos os documentos históricos preservados em bibliotecas, arquivos e sociedades históricas do país. No projeto de lei, essa comissão, já existente, seria financiada pelo governo federal e os documentos seriam copiados e disponibilizados em algum repositório designado na capital.

A segunda iniciativa foi a busca por uma lei que destinasse recursos para a construção do arquivo nacional, chamado de Hall of Records, o que resolveria o problema das más condições, nas quais os documentos advindos da administração pública eram armazenados nos diversos departamentos do Estado. A primeira iniciativa não encontrou apoio suficiente para que fosse aprovada e, como, no caso da Comissão de Manuscritos, permaneceu como atividade da AHA, e, a segunda, ficou paralisada na etapa em que o Congresso votaria a destinação dos recursos para a construção do arquivo em um terreno já adquirido.

Foi justamente em meio a essas lutas políticas que H.B. Adams anunciou estar doente e que precisaria deixar o cargo, por ele, ocupado. O grupo que representava os interesses dos historiadores disciplinados ganhava força no Conselho Executivo, e as políticas adotadas por Adams para se manter perto do Congresso eram, progressivamente, enfraquecidas: os encontros anuais não tinham local fixo desde 1896 e sujeitos com capital político eram cada vez menos nomeados aos cargos. Com a morte de Adams, em julho de 1901, morria, também, a sua estratégia de busca pelos recursos para que a história pudesse ser realizada profissionalmente, por meio do uso da influência dos membros com capital político, estratégia que, direta ou indiretamente, havia funcionado até ali.

John Franklin Jameson e a luta pelo Hall of Records

O momento em que os encontros anuais deixaram de ser, exclusivamente, em Washington e, que foi estabelecida a Comissão de Manuscritos, marcou o início do processo de fortalecimento dos historiadores disciplinados na AHA, e Adams, mesmo ainda sendo o seu líder, passou a dividir o poder de decisão. A partir daquele marco, diversas outras comissões voltadas às profissões foram estabelecidas: para criar currículos escolares de história; para premiar as melhores pesquisas disciplinadas; para ajudar as sociedades locais a gerir os seus acervos; para realizar levantamentos sobre os acervos em arquivos de todo o país. Os presidentes continuaram a ser diletantes, mas, no Conselho Executivo, cresciam os disciplinados que defendiam que a associação deveria valorizar esse grupo e que ela mesma deveria tomar, para si, as atividades para a profissionalização. Desse modo, havia a reivindicação da autonomia institucional da AHA, perante os poderes públicos sem uma perspectiva de que ela deveria se autogerir a partir das anuidades pagas pelos membros, sem depender de recursos externos a si. Não é de se estranhar que, nesse momento, o capital político, que tinha valor nas instâncias públicas de poder, deixou de ter a importância que tivera naquele microcosmo para dar lugar ao científico, de pouco valor fora do campo.

J. F. Jameson foi um membro ativo da AHA, desde 1884, mas o arquivo da instituição não sugere que tenha tentado influenciar as suas políticas, durante o período em que Adams foi o líder, contudo, uma carta enviada ao seu ex-professor, em 1890, indica que o historiador nunca foi muito favorável à política de privilegiar diletantes em detrimento dos disciplinados:

Este ano, pela primeira vez na história da associação, eu acho, seu Conselho Executivo é composto principalmente por pessoas que não ensinam história. Agora, considero que a esperança em uma boa escrita histórica no futuro esteja nos professores, já que a instrução de pós-graduados alcançou tal extensão a ponto de tornar-se possíveis “escolas”, seguidores pessoais e o aprendizado do ofício (JAMESON, 1890 in HOLT, 1938:127).

Como visto, quando percebeu que a Comissão de Manuscritos não seria instituída pelo governo federal, sugeriu que a própria AHA o fizesse e, quando isso ocorreu, foi nomeado chefe, primeiro cargo que ocupou na associação. Naquele mesmo ano, um grupo de historiadores disciplinados das principais universidades de pesquisa dos Estados Unidos organizou-se para criar a primeira revista especializada no campo, a *American Historical Review* (AHR), e Jameson foi escolhido para ser o seu editor-chefe (PERPÉTUO, 2017)¹³. Desse modo, é notável que, em meados da década de 1890, Jameson começava a galgar importantes posições institucionais do campo da história.

No mesmo ano em que Adams deixou o cargo de secretário (1900), Jameson foi pela primeira vez nomeado ao Conselho, mas só começou a exercer uma atuação mais incisiva a partir de 1905, quando foi contratado como diretor do DHR e, para isso, mudou-se para Washington. Desde então, esteve sempre no Conselho: em 1907, foi o primeiro historiador disciplinado a ser presidente e, com o término do seu mandato, passou a ser conselheiro vitalício. Além disso, era editor-chefe da AHR e, em vários momentos, atuou como secretário interino. Desse modo, Jameson não sucedeu a Adams como líder da AHA assim que ele faleceu, e sim, por meio de um processo lento que se deu pela progressiva conquista de cargos até o ponto em que, como havia ocorrido com o seu antecessor, tornara-se líder mais por ser o único que compreendia, profundamente, o funcionamento da associação do que por ambição pessoal.

Nesse meio tempo em que Jameson crescia em importância no campo da história, a questão da construção do arquivo público foi retomada durante uma reunião do Conselho Executivo em 1908, e uma comissão foi nomeada para lembrar o presidente e os congressistas da necessidade do prédio. Jameson foi um dos nomeados porque, atuando no DHR, o primeiro trabalho que executou foi a elaboração de um guia com informações sobre coleções documentais referentes à administração pública federal. Para a elaboração desse material, ele e sua equipe

¹³ Quando fora fundada, a AHR era um periódico independente, tendo sido vinculada à AHA somente em 1898.

precisaram transitar pelos diversos repositórios que armazenavam os arquivos do governo, testemunhando a situação caótica e precária em que os registros públicos eram mantidos (HEARINGS, 1911:3). Somado a isso, nesse cargo, tinha contato frequente com presidentes e congressistas.

Em 1907, por exemplo, escreveu ao então presidente Theodore Roosevelt, pedindo para que este emitisse uma ordem executiva a todos os departamentos do Estado autorizando o livre acesso de funcionários do DHR aos seus arquivos já que eles perdiam muito tempo fazendo solicitações formais a cada um dos departamentos todas as vezes que precisavam acessar os registros (JAMESON, 1907b in ROTHBERG, & GOGGIN 1993:43), e o pedido foi atendido apenas quatro dias depois de ter sido feito:

Os funcionários dos departamentos executivos encarregados de arquivos ou registros administrativos são instruídos, na medida em que o interesse público e as ordens departamentais os permitam, a permitir que agentes do Department of Historical Research da Carnegie Institution of Washington, portando credenciais apropriadas do diretor desse departamento para ter acesso a esses papéis para fins históricos, em todos os momentos que não sejam inconvenientes em relação aos negócios públicos e nas condições adequadas que desejar (ROOSEVELT, 1907 in ROTHBERG, & GOGGIN 1993:44).

Naquele mesmo ano, a partir da sua dupla atuação institucional, Jameson também esteve às voltas com um projeto para o estabelecimento de uma comissão para a publicação de documentos históricos que visava à elaboração e adoção de um sistema que tornasse as publicações de coletâneas feitas, periodicamente, pelo governo federal mais úteis às pesquisas históricas, uma vez que eram elaboradas sem que houvesse um plano que padronizasse a qualidade dos volumes. Desse modo, nas palavras de Jameson “alguns desses volumes foram bem-feitos, outros muito malfeitos; alguns são de grande utilidade para a história, mas alguns são pouco necessários” (JAMESON, 1907a in DONNAN & STOCK, 1956: 113).

No projeto, uma comissão composta por profissionais estabeleceria um método para que os esforços do governo fossem mais bem empregados, levando em consideração a necessidade do campo e resultando em um produto mais útil aos historiadores (JAMESON, 1907a in DONNAN & STOCK, 1956). Enquanto esteve envolvido nele, esteve em contato constante por cartas e reuniões com o presidente, o secretário do estado e diversos senadores e representantes para conseguir apoio e financiamento. Para acessar presidentes e congressistas,

não precisou ter capital político, como Adams compreendia ser indispensável, já que o cargo de diretor do DHR garantia-lhe as credenciais necessárias para circular pelos espaços de poder, contudo, fez do seu capital científico, moeda aceita no campo em que o capital político imperava. Assim, a relação que tinha com políticos, somada ao contato frequente com os problemas da gestão de registros públicos tornaram-se compreensíveis, porque Jameson tomou à frente da luta pelo Hall of Records.

Não há registros sobre como precedeu o diálogo com o governo em 1908, mas, durante a Conferência de Arquivistas da AHA de 1910, quando os participantes discutiam a necessidade de conquistar um arquivo nacional, Jameson falou sobre o estado corrente da negociação com o Congresso. O historiador afirmou que a luta pelo arquivo não era uma história sobre a qual poderiam se orgulhar, porque, apesar de tantos anos tentando, pouco avanço havia sido feito. A percepção de Jameson sobre o sucesso da empreitada não era otimista, pois, mesmo constatando que havia entre os congressistas certo consenso sobre a importância do arquivo para uma melhor gestão dos registros públicos, haveria uma política de economia com relação a novos prédios (AMES in LELAND, 1911:313-314). Questionado por um participante sobre a possibilidade de fazer algo para modificar a situação, Jameson afirmou que, naquele momento, não acreditava que qualquer coisa pudesse ser feita para pressionar o Congresso. Mesmo com uma perspectiva pessimista, a Comissão de Arquivos Públicos decidiu retomar as tentativas e, em fevereiro de 1911, um membro da AHA, Henry Cabot Lodge, que era senador por Massachusetts, foi incumbido de encaminhar ao Comitê de Edifícios e Terrenos Públicos do Senado o documento elaborado pela associação, lembrando o projeto para a construção do arquivo. Três meses depois, Jameson foi chamado pelo comitê da Casa dos Representantes para ser ouvido sobre a preservação dos arquivos do governo.

Na reunião, Jameson apresentou os problemas referentes à preservação dos registros públicos que haviam sido notados pelos funcionários da DHR ao elaborar o *Guide to the Archives of the Government of the United States*, e usou uma série de argumentos para que o arquivo fosse construído. Além do detalhamento das condições a que os documentos estavam submetidos –apresentando dados sobre estruturas inapropriadas, risco de incêndio e umidade, má catalogação e descarte indevido –, o historiador afirmou que o governo americano era um dos únicos do mundo a não ter um arquivo em sua capital: “O governo dos Estados Unidos é, talvez, o único dos grandes governos do mundo que nunca providenciou um edifício para um arquivo

geral em sua capital” (JAMESON in HEARINGS... 1911: 4). Ele também informou o quanto gastavam em aluguéis de espaços que serviam de repositórios para esses materiais, quando não havia mais espaço em seus departamentos de origem, que, em 1906, havia sido 37.500 dólares (JAMESON in HEARINGS... 1911: 17), porém, mais importante, utilizou um argumento que foi comum ao longo de toda a luta pela conquista do arquivo, que foi o da otimização da administração pública:

Mas é claro, senhores, percebo que o interesse da história neste assunto é uma questão menor. Se a construção de um arquivo nacional vier a acontecer, como espero que aconteça em breve, é natural que ocorra principalmente para fins de conveniência do governo na administração. Esse é o principal interesse. O interesse histórico é menor. No entanto, não é sem importância. Não deixa de ser importante para o país que sua história seja bem escrita e bem cuidada. (JAMESON in HEARINGS... 1911:20)

Esse argumento partia de uma compreensão de que, da maneira caótica como os registros públicos estavam armazenados, era quase impossível que um funcionário do Estado pudesse acessar um registro antigo quando se fazia necessário¹⁴, mas também partia da compreensão de que os estadistas americanos pouquíssimo interesse tinham em contribuir para o avanço dos estudos históricos, e a curta caminhada de *lobby* de Jameson havia sido o suficiente para que soubesse disso.

Jameson saiu otimista da conversa e esperava que o projeto de lei que autorizava a construção do arquivo fosse introduzido até dezembro daquele ano ou, no máximo, até janeiro do ano seguinte (GONDOS JR., 1981:35). Em outubro, escreveu a William Howard Taft, então presidente dos Estados Unidos, pedindo para que, em sua mensagem anual ao Congresso, relembresse os congressistas da importância do arquivo e apresentou, de maneira mais sintética, os mesmos argumentos que havia apresentado aos representantes (JAMESON, 1911 in ROTHBERG & GOGGIN, 1993:87-88). O presidente atendeu ao pedido em fevereiro de 1912, contudo, enquanto a lei não era votada, o problema dos registros públicos permanecia, e documentos eram descartados sem passar pela avaliação de historiadores.

Jameson tomou conhecimento, pelo chefe da Divisão de Manuscritos Históricos da Biblioteca do Congresso, de que diversos registros que teriam importância histórica estariam

¹⁴ No conjunto de correspondências de Jameson, não eram incomuns as cartas de pessoas perguntando ao historiador onde poderiam encontrar algum documento específico de que precisavam para realizar tarefas administrativas (DONNAN & STOCK, 1956; ROTHBERG & GOGGIN, 1993)

programados para ser destruídos, incluindo alguns relativos à ocupação americana em Cuba. Jameson escreveu, novamente, ao presidente, em fevereiro de 1912, pedindo para que emitisse uma ordem executiva determinando que os registros deveriam passar pela avaliação de um arquivista antes de serem destruídos:

Com base no princípio de que os documentos não devem ser destruídos, a menos que sejam declarados por autoridades competentes como inúteis para fins administrativos e inúteis para fins históricos, atrevo-me a sugerir, como expediente temporário, na ausência de um arquivista geral, que tenha um funcionário, creio que apenas um em Washington, que, pela natureza do cargo, deva ser sempre um bom estudioso da história, competente para declarar se os papéis têm ou não algum valor histórico. Este é o Chefe da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso. Minha sugestão é que, sem alterar a legislação existente, uma ordem executiva pudesse ser emitida exigindo que os chefes de departamentos, antes de enviar tal lista de papéis inúteis ao Congresso, a direcione ao bibliotecário do Congresso para que possam ser examinados pelo chefe da Divisão de Manuscritos. [...] Se ele considerar que quaisquer documentos em qualquer lista tenham valor para a história, o bibliotecário poderia pedir não que eles fossem preservados em um departamento onde não foram desejados, mas que deveriam ser enviados para a Biblioteca do Congresso para preservação na Divisão de Manuscritos, onde todo esse material é preservado (JAMESON, 1912 in DONNAN & STOCK, 1956:91-92).

A ordem foi emitida em julho daquele ano, indicando que, na ausência do Hall of Records, houve um esforço por parte dos historiadores para que a Divisão de Manuscritos, minimamente, cumprisse o papel de arquivo em Washington.

Documentos preservados nos arquivos da AHA indicam que, ao longo de 1911, membros mais ativos do Conselho Executivo escreveram a congressistas conhecidos, pedindo para que apoiassem o projeto de lei para a construção do arquivo. William Sloane escreveu ao senador Elihu Root sobre a questão e recebeu uma carta em que o político aconselhava-os a enviar um memorial ao Congresso, mas afirmava que haveria questões que tornariam difícil a aprovação da lei: a primeira, seria que o terreno adquirido, em 1903, para abrigar o prédio, havia sido cedido ao Geological Survey; o segundo, é que haveria outros prédios públicos que precisariam ser construídos com mais urgência; a terceira dificuldade, de natureza administrativa, era que o estabelecimento do arquivo demandaria que os diversos departamentos avaliassem os seus registros para decidir o que manteriam e o que cederiam, e esse trabalho provavelmente geraria má vontade por parte dos funcionários (ROOT, 1911). Frederick Jackson Turner, por sua vez, escreveu ao congressista John M. Nelson, e este assegurou que apoiaria o projeto, caso fosse

introduzido, contudo, questões econômicas poderiam ser um impeditivo para a sua aprovação (NELSON, 1911).

Em 1912, Jameson aumentou a pressão sobre os congressistas envolvendo outras entidades na causa do arquivo. Centenas de cartas foram enviadas às regentes estaduais da sociedade patriótica Daughters of American Revolution pedindo para que escrevessem aos seus senadores e representante sem favor do projeto. As respostas favoráveis foram inúmeras, e o método de busca por apoio em instituições socialmente valorizadas foi estendido aos administradores das diversas sociedades históricas e departamentos de história de universidades. A Sociedade Histórica de Wisconsin, por exemplo, juntamente com o departamento de História da Universidade de Wisconsin, enviou uma petição ao Congresso pedindo para que providências fossem tomadas para que o arquivo fosse construído. Além do fortalecimento da pressão para que o projeto passasse, por meio da união entre instituições, matérias em jornais de grande circulação foram publicadas denunciando o descaso com os registros públicos e defendendo a importância do arquivo (GONDOS JR., 1981[1971]: 41-42).

Nesse ponto, os esforços para criar uma consciência pública sobre a importância do arquivo já eram considerados bem-sucedidos, mas isso não significava que os congressistas iriam tomar medidas concretas. Em uma carta a Waldo G. Leland¹⁵ sobre um artigo que este havia escrito denunciando a situação dos arquivos, Jameson afirmou ironicamente: “Tenho o prazer de acrescentar que todas as autoridades públicas que admitem ter lido o seu artigo estão dispostas a admitir que algo deve ser feito (por outra pessoa)” (JAMESON, 1913). Em 1913, um ato relativo a prédios públicos criou uma comissão que agilizaria o problema dos inúmeros projetos que estavam na fila para ser considerados; ele postulava que arquivos de outros países deveriam ser inspecionados para a elaboração de um plano, contudo, a guerra na Europa postergou a execução da medida por mais vários anos, e a situação ficou ainda mais difícil quando os Estados Unidos entraram no conflito, tornando a questão do arquivo ainda menos urgente aos poderes públicos.

Em 1921, um incêndio destruiu registros do censo, e a questão da precariedade com a qual os registros públicos eram mantidos voltou à tona, e Jameson escreveu a políticos, informando que, entre 1833 e 1915, duzentos e cinquenta e quatro incêndios haviam ocorrido

¹⁵ Leland era funcionário de Jameson no DHR e, em 1909, fora nomeado secretário da AHA.

em prédios usados para a administração pública federal. Um novo fôlego foi dado à questão do arquivo, e novamente a AHA, tendo Jameson como seu representante, apresentou ao Congresso americano um memorial, e, dessa vez, o projeto de lei chegou a ser introduzido nas duas casas, mas nenhuma alocação de recursos foi autorizada, nem para a construção do prédio nem para a aquisição de um novo terreno (DONNAN, 1956:16).

Em uma carta de 1922, quando o arquivo e a comissão de publicações de documentos públicos eram ainda sonhos inalcançáveis, Jameson desabafou a um amigo que já não acreditava que estaria vivo para vê-los realizados:

Sempre mantive [uma comissão nacional de publicação do governo] em mente e não desejo morrer sem vê-la feita, mas é o que suponho que irá acontecer. Por mais que eu esteja desanimado com relação ao prédio para o Arquivo Nacional, estou muito mais desanimado com relação a qualquer projeto de publicação. Todas as outras nações têm uma boa comissão histórica profissional, mas provou-se impossível conseguir uma instituída por nosso Congresso, e agora isso não receberia nem cinco minutos de consideração (JAMESON, 1922 in DONNAN & STOCK, 1956:12).

Contudo, foi no mandato de Calvin Coolidge, quinto presidente com o qual Jameson tratou sobre o arquivo, que as batalhas começaram a ser bem-sucedidas. O presidente, convencido da sua importância, recomendou ao Congresso que um programa para a construção fosse estabelecido, e esse ato passou em maio de 1926, garantindo que o prédio seria finalmente construído. Contudo, foram necessários mais oito anos e inúmeros atos com alocações de recursos para que a obra fosse iniciada, o que ocorreu em 1931. Quatro anos depois, mesmo inacabado, o prédio começou a ser ocupado pelos arquivistas, e só ficou pronto em 1937. A conquista do arquivo foi atrelada à regulamentação da profissão de arquivista nos Estados Unidos, que ocorreu, por meio de uma lei de 1934, na qual a tão sonhada comissão para a publicação de arquivos do governo foi estabelecida (DONNAN, 1956:17).

Jameson faleceu em 1937, contrariando a previsão que havia feito em 1922: ele não morreu sem antes ver as grandes obras da sua vida realizadas.

Considerações finais

O caso da profissionalização da história nos Estados Unidos é singular porque o uso político da disciplina em função da construção da nação não foi iniciativa do governo federal, mas sim de sujeitos que acreditavam em seu valor cívico e buscaram o apoio do poder público para o desenvolvimento do campo. Desse modo, a disciplinarização da história e sua transformação em atividade profissional esteve ligada às iniciativas desses sujeitos que lutaram dentro das universidades para conquistar espaço para o seu ensino; nas escolas para que fosse adotada nos currículos; organizados a partir da AHA para que os recursos materiais básicos para os estudos históricos, os documentos primários, fossem acessíveis. Levando em consideração que os campos científicos são tanto epistêmicos quanto institucionais, na sua construção, há tanto a definição das bases disciplinares, quanto a busca pelas condições de produção, que se dá perante os poderes temporais. Desse modo, especialmente na etapa de construção de um campo, os seus agentes precisaram ser tanto epistêmicos quanto políticos.

As atuações institucionais de H. B. Adams e de J. F. Jameson tornam palpável a compreensão de historiadores como agentes políticos. Os dois, a partir das suas lideranças dentro da AHA, exerceram papéis fundamentais na luta pelas condições para os estudos disciplinados junto ao governo federal, mas, lançando mão de estratégias fundamentalmente diferentes: Adams buscou trazer, para dentro da associação, sujeitos imbuídos de capital político, homenageando-os com a presidência e cargos no Conselho Executivo e fazendo com que os encontros anuais ocorressem na capital federal para que intercedessem pela associação junto aos congressistas quando buscassem políticas para o campo; Jameson, por sua vez, lançou mão do seu prestígio como líder da AHA, editor chefe da AHR e diretor do DHR e ele mesmo atuou na defesa dos interesses do campo perante representantes de estados, senadores e presidentes, e, quando considerou que isso não seria suficiente, buscou apoio de outras instituições para que se unissem à causa. Desse modo, enquanto um mobilizou o seu capital social para se aproximar dos que tinham capital político e fez desse tipo de capital valioso em um microcosmo científico, permitindo, assim, que forças externas ao campo penetrassem suas fronteiras, o outro mobilizou o seu capital científico e o fez valer perante os poderes temporais, fazendo dele credencial aceita em gabinetes do governo.

As duas posições denunciam o anseio de cada um por viabilizar os estudos históricos em um país em que o Estado-nação manteve uma relação distinta com o campo da história em relação a outros países que também se unificavam e utilizavam, politicamente, a disciplina para

a sustentação ideológica da nação. A partir de concepções particulares sobre o grau de autonomia que cada um compreendeu que a AHA deveria ter, atuaram, politicamente, para que os estudos históricos fossem possíveis. Desse modo, quase tudo o que precisou ser conquistado para viabilizar a historiografia profissional disciplinada foi à margem do Estado (como a Comissão de Manuscritos e de Arquivos Públicos), e o que dependia, exclusivamente, do Estado foi obtido – quando obtido – a muito custo, sendo a luta de mais de trinta e cinco anos da AHA pelo arquivo nacional o grande exemplo disso.

Fontes

- ADAMS, Herbert Baxter (1885a). *American Historical Association for the Year 1894*. Washington: Government Printing Office.
- ADAMS, Herbert Baxter (1885b). Carta a Albert Bushnell Hart. Registros da American Historical Association, Arquivos do Secretário, Caixa 5 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 16 dez.
- ADAMS, Herbert Baxter (1887). Carta a Clarence W. Bowen. Registros da American Historical Association, Arquivos do Tesoureiro, Caixa 212 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.). 17 mai.
- ADAMS, Herbert Baxter (1892) *American Historical Association for the Year 1891*. Washington: Government Printing Office.
- AMES, Herman V. (1911). Proceedings of the Second Annual Conference of Archivists. In: LELAND, Waldo G. (org.). *Annual Report of the American Historical Association for the year 1910*. Washington: Government Printing Office.
- HEARINGS before Committee on Public Building and Grounds, House of Representatives, May 12, 1911, Relating to the Preservation of Government Archives. Washington: Government Printing Office, 1911. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.)
- JAMESON, John Franklin (1890). Carta a Herbert Baxter Adams, 21 fev. In: HOLT, W. Stull (1938). *Historical Scholarship in the United States, 1876-1901: As Revealed in the Correspondence of Herbert B. Adams* Baltimore: The Johns Hopkins University Press. P.127-128
- JAMESON, John Franklin (1894). Carta a Herbert Baxter Adams. Registros da American Historical Association, Arquivos dos Comitês, Caixa 471 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 14 dez.
- JAMESON, John Franklin (1907a). Carta a Elihu Root, 13 dez. In: DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (1956). *An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson*. Philadelphia: The American Philosophical Society. P.113.

- JAMESON, John Franklin (1907b). Carta a Theodore Roosevelt, 12 dez. ROTHBERG, Morey & GOGGIN, Jacqueline (1993). *John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America*, Volume III. Athens: The University of Georgia Press, 1993. P.43
- JAMESON, John Franklin (1911). Carta a William Howard Taft, 30 out. In: ROTHBERG, Morey & GOGGIN, Jacqueline (1993). *John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America*, Volume III. Athens: The University of Georgia Press, 1993. P.87-88
- JAMESON, John Franklin (1912). Carta a William Howard Taft, 05 fev. DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (1956). *An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson*. Philadelphia: The American Philosophical Society. P.91-92
- JAMESON, John Franklin (1913). Carta a Waldo G. Leland., mar. DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (1956). *An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson*. Philadelphia: The American Philosophical Society. P.15-16
- JAMESON, John Franklin (1922). Carta a Charles Moore, 20 nov. DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (1956). *An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson*. Philadelphia: The American Philosophical Society. P.12
- NELSON, John M. (1911). Carta a Frederick Jackson Turner. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 24 nov.
- ROOSEVELT, Theodore (1907). Ordem Executiva, 16 dez. ROTHBERG, Morey & GOGGIN, Jacqueline (1993). *John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America*, Volume III. Athens: The University of Georgia Press, 1993. P.44
- ROOT, Elihu (1911). Carta a William M. Sloane. Registros da American Historical Association, Arquivos do Conselho, Caixa 243 (Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso, Washington D.C.), 15 set.

Referências bibliográficas

- BENTIVOGLIO, Julio (2010). Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. *Revista de Teoria da História*, Goiás, n.3, jun.
- BOER, denPim (1998). *History as a Profession: The Study of History in France, 1818-1914*. New Jersey: Princeton University Press.
- BOURDIEU, Pierre (2021[2001]). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.
- CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América (1960). In: SYRETT, Harold C. (org.) *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix. p.82-97
- DONNAN, Elizabeth & STOCK, Leo (1956). *An Historian's World: Selections from the Correspondence of John Franklin Jameson*. Philadelphia: The American Philosophical Society.

- FRANÇOIS, Michel (1968). *Historical Study in France*. SHAFER, Boyod C. et al. (org.) *Historical Study in the West: France, Western Germany, Great Britain and United States*. New York: Appleto Century Crofts, 1968.
- GALLO, Livia Amarante (2019). *Disciplina histórica, um campo em disputa: discursos dos presidentes da American Historical Association (1884-1914)*. 2019, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GALLO, Livia Amarante (2023). *A American Historical Association e a profissionalização da história nos Estados Unidos, 1884-1915*. 2023, Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- GONDOS JR., Victor (1981[1971]). *J. Franklin Jameson and the Birth of the National Achieves, 1906-1926*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- HIGHAM, John (1987). *History: Professional Scholarship in America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter P. (1955). *The Development of Academic Freedom in the United States*. New York: Columbia University Press.
- HOFSTADTER, Richard (1970[1968]). *Los historia do res progresistas*. Buenos Aires: Editora Paidós.
- HOLT, W. Stull (1938). *Historical Scholarship in the United States, 1876-1901: As reveled in the Correspondence of Herbert B. Adams*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1938
- JAMESON, John Franklin (1909). The American Historical Association, 1884 – 1909. *The American Historical Review*. v. 15, n. 1, Oct.
- JAMESON, John Franklin (1934). Early Days of the American Historical Association, 1884-1895. *The American Historical Review*, v. 40, n. 1, out.
- KEYLOR, William R. (1975). *Academy and Community: The Foundation of the French Historical Profession*. Cambridge: Harvard University Press.
- KOSAR, Kevin R. (2013). Congressional or Federal Charters: Overview and Enduring Issues. In: *CRS Report for Congress*.
- MELANDRI, Pierre (2000). *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa: Edições 70.
- MILLS, Charles Wright (1975). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- MUDROVICIC, Maria Inés (2012). La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades*.
- OLIVEIRA, Itamar Freitas de (2017). Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62.
- ORILL, Robert & SHAPIRO, Linn (2005). From Bold Beginnings to an Uncertain Future: The Discipline of History and History Education. *The American Historical Review*, v. 110, n. 3, June.
- PERPÉTUO, César Haueisen Zimerer (2017). *Historiografia americana em revista: a American Historical Review (1895 a 1915)*. 2017, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- POSNER, Ernest (1964). *American State Achieves*. Chicago: University of Chicago Press.

- ROSS, Dorothy (1991). *The Origins of American Social Science*. New York: Cambridge University Press.
- ROTHBERG, Morey & GOGGIN, Jacqueline (1993). *John Franklin Jameson and the Development of Humanistic Scholarship in America*, Volume III. Athens: The University of Georgia Press, 1993.
- TOWNSEND, Robert B. (2013) *History's Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TURNER, Frederick Jackson (1921). *The Frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company.
- WINSOR, Justin (1888). *Manuscript Sources of American History: The Conspicuous Collections Extant*. Disponível em: <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/justin-winsor>. Acesso em: 04ago23.